

A REGULAMENTAÇÃO LINGUÍSTICA E MODOS DE PRODUÇÃO: AS INSTÂNCIAS POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DA LÍNGUA E SUAS VARIAÇÕES

Michelli Maia Moreira (UNEB)¹

Resumo: Discutindo a relação entre língua, política e ideologia para regulamentação dos modos de produção linguística, buscou-se responder nesse artigo, como o processo de subjetivação escolar influencia na desterritorialização dos dialetos adquiridos nas primeiras comunidades dos falantes e, como a noção de “menor” perpetrada por Deleuze e Guattari (1977), empregada à variação pode, em um viés revolucionário, transgredir as normatizações do *bom usage*. Este trabalho propõe-se pensar a língua enquanto sistema de produção que considere não apenas um vernáculo de prestígio social e político, mas também os usos de sujeitos de classes economicamente desfavoráveis. Objetivou-se assim, irromper uma discussão cultural e ideológica que propunham um rompimento com valores tradicionais direcionados a língua e os fundamentos da marginalização das variações.

Palavras-chave: (Des)regulamentação linguística. Língua menor. Subjetivação escolar.

1 INTRODUÇÃO

Instrumento de comunicação multimodal a língua - oral e escrita - é formatada através de seleções de léxicos, construções morfológicas, sintáticas e semânticas, o que caracteriza um sistema de produção. Neste, têm-se estruturas linguísticas resultantes tanto do processo de homogeneização que segue uma ideologia capitalista, quanto dos usos não normatizados da língua, cujo discurso de teóricos variacionistas propõe a desconstrução de convenções hegemônicas para considerações dos patuás.

A língua em uso, construída enquanto expressão de sentidos, representações sociais, atividade de interação e intervenção, como expõe Antunes², ultrapassa padrões linguísticos prestigiados, em grande parte, propagados pela escola. Desse modo, os conhecimentos veiculados sobre a norma *standard* não contemplam as múltiplas regras do funcionamento linguístico em diferentes comunidades que perpassam a variação linguística.

Realizar construções linguísticas não se trata de seguir um sistema convencionado, mas sim em “ativar sentidos e representações já sedimentados, que sejam relevantes num determinado modelo de realidade e para um fim específico; é, antes de tudo, agir, atuar socialmente”³. Todavia, as noções sociais dos sujeitos têm sido fabricadas através de um processo de subjetivação, cuja produção industrial destaca uma “língua nacional”, cerceando manifestações de dialetos que não se instituem no modelo gramatical do Estado.

¹ Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus II – Alagoinhas – BA. Endereço eletrônico: michellimoreira@gmail.com.

² ANTUNES, Irandé Costa (2002).

³ Idem (2002, p. 130).

A instituição escolar e as políticas de regulamentação da língua anunciam apenas a concepção de língua dependente de uma gramática normativa, dita capaz de assegurar bom desempenho verbal em qualquer ambiente linguístico. Tal ideologia, confeccionada e propagada pelos campos social, político e econômico, provocam modificações na maneira do indivíduo “perceber o mundo” e, conseqüentemente, os planos linguísticos, devido seguir significações dominantes como evidenciam Guattari e Rolnik⁴.

Destarte, este trabalho objetiva pensar a marginalização das variações linguísticas devido a uma produção de subjetividade voltada para a normatização da linguagem, a qual perpassa as relações sociais de poder que categorizam os usos linguísticos de uma maioria como inadequados, em detrimento da práxis de uma minoria considerada correta / adequada.

Assim, diante do entrecruzamento político e social que reforça o sistema linguístico dominante, questiona-se: De que modo o processo de subjetivação escolar, sobre a padronização linguística, influencia na desterritorialização da língua por sujeitos que assimilaram aspectos da variação em suas primeiras comunidades de fala? Se pensarmos a variação numa perspectiva de língua menor⁵, pode-se romper com as regulamentações linguísticas institucionalizadas, revolucionando, como propõe Calvet⁶, a noção de “*bom usage*”?

A fim de lidar com as interrogações acima mencionadas foram criadas duas seções no decorrer deste texto: primeiramente, buscou-se discutir a normatização linguística pelo Estado e a disseminação dos conceitos de um vernáculo de prestígio através do processo de subjetivação escolar; em seguida, considerando a variação linguística enquanto língua menor devido suas práticas envolverem sujeitos de classes economicamente desfavoráveis, conjecturou-se a proposição de rompimento com valores tradicionais direcionados a língua, além de uma desregulamentação linguística.

2 O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO ESCOLAR SOBRE A LÍNGUA E SUAS VARIAÇÕES

Considerando a escola como um aparelho ideológico do Estado, Althusser⁷ evidencia que a mesma reproduz princípios de seleção e exclusão social. Abarcando pluralidades sociais, culturais e econômicas provenientes das realidades dos sujeitos, esta, ao trabalhar com a língua materna –

⁴ GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely (1986).

⁵ Procura-se associar a ideia de “língua menor” a proposição de “literatura menor” por DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1977). Não se institui aqui uma noção pejorativa das variações linguísticas, mas a referência dos usos às classes menos favorecidas.

⁶ CALVET, Louis – Jean (2002).

⁷ ALTHUSER, Louis (1985).

instrumento político e veículo de valores propõe, logo nas séries iniciais, uma unificação de usos linguísticos através do trabalho com as normas de prestígio, corrigindo, ou melhor, rejeitando os falares não valorizados por uma minoria que lidera o capital.

Segundo Agamben⁸, é através da linguagem que o homem constitui a si e a cultura. Desse modo, o sistema de ensino/aprendizagem da língua materna, através de um currículo escolar baseado em epistemologias colonizadoras, formulam aparelhos repressivos para controle das produções escolares pelos partícipes. Em outras palavras, estes instrumentos de contenção – regularização de comportamento, categorizações por resultados em avaliação -, seguem uma lógica capitalista, instituindo um viés quantitativo negativo às práticas que negam a incorporação de uma subjetividade apresentada. Logo, as variações por não comporem uma produção linguística maquínica têm um valor social pejorativo, não se apresentando enquanto produto para modelização dos usos.

O valor depreciativo atribuído às variações é exposto não só na escola, mas nas mídias sociais⁹, onde, os sujeitos, principalmente as crianças, em pleno processo de aquisição da linguagem, absorvem tal significação. Contudo, a não identificação com a norma padrão através das relações sociais instituídas pode interferir no desempenho linguístico do novo falante, ocasionando até na evasão escolar devido o não reconhecimento da sua individualização.

Como expõem Guattari e Rolnik¹⁰, a subjetividade parte de agenciamentos coletivos. Todavia, em contextos sociais diversos pode ocorrer o processo de singularização, ou seja, a particularização dos sujeitos frente às notórias ideologias. Assim, a subjetividade “está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ele é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares”¹¹. Todavia, essa subjetividade pode ocorrer tanto numa “relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetivação tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo [...] de singularização”¹².

Devido os conteúdos trabalhados pela instituição escolar serem considerados pertinentes e, logo, a gramática normativa essencial e exclusiva no trabalho com a língua materna por grande parte dos professores, estes valores manufaturados aparecerão desde os primeiros anos de formação. Em

⁸ AGAMEN, Giorgio (2005).

⁹ Nos programas televisivos, por exemplo, as variações linguísticas fazem parte das falas dos personagens com baixa escolarização e que residem na zona rural.

¹⁰ GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely (1986).

¹¹ Idem (1986, p. 33).

¹² Ibidem (1986, p. 33).

vista disso, por ser considerado apenas um receptor do conhecimento e não instituir uma crítica com relação ao trabalho que se realiza tendo a língua como objeto, o sujeito se subjetiva através do processo de dominação, onde o indivíduo assimila a norma socialmente aceita, sucumbindo às variedades.

Ao considerar a língua enquanto instrumento de poder que segue apenas a gramática normativa, nega-se uma concepção de língua enquanto atividade que se baseia em objetivos de comunicação, passível a incorporação de fenômenos linguísticos não standardizados. Ou melhor, às normas padrões da língua – determinada por políticas linguísticas – “se somam a outras normas, de natureza social, não menos pertinentes, não menos definidas, não menos preceituadas, que provêm das convenções sociais dos tipos de interação e que determinam igualmente a adequação e a relevância da atividade verbal”¹³.

Não se nega aqui a função de uma língua regulamentada, principalmente no que se refere à comunicações oficiais do Estado direcionadas as diferentes regiões geográficas, classes sociais, etc. Porém, faz-se necessário chamar atenção para uma subjetivação inconsciente que impõe a língua *standard* como único modo coerente de uso, fruto da cultura nacional. Mas quanto à variação linguística? Qual o perigo em a escola/sociedade aceitar os diferentes fatos da língua?

De acordo com Foucault, “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”¹⁴. Nesta perspectiva, a língua compositora de discursos, só ganha legitimidade quando ajustada aos princípios da norma padrão. Diferentemente, as variantes linguísticas utilizadas por maioria dos falantes são desconsideradas, não ganhando forças para manifestação política. Assim, a coerção das variáveis não está apenas no campo de produção linguística, mas também no plano discursivo, onde se invisibiliza sujeitos e seus requerimentos sociais devido ao desprestígio das suas formas de falar.

Não obstante, tem-se que produzir uma escola, segundo Antunes,

em que o estudo da língua não se reduza a um conteúdo insípido e inócuo, destituído de sentido social e relevância comunicativa. Que o estudo da língua possa significar o acesso à expressão, à compreensão e à explicitação de como as pessoas se comportam, quando pretendem comunicar-se de forma mais eficaz e obter êxito nas interações e nas intervenções que empreendem. Para que o acesso à palavra possa resultar numa forma de acesso das pessoas ao mundo e recobre,

¹³ ANTUNES, Irandé Costa (2002, p. 131).

¹⁴ FOCAULT, Michel (1996, p. 8-9).

assim, um sentido humanizador, o que nesse vasto mundo, não é rima, mas pode ser uma solução¹⁵.

Enredar-se a consideração de que a produção linguística atravessa o âmbito institucional avançando ao meio de singularização, é evidenciar que não se pode subjetivar o processo criativo e de formatação da linguagem, uma vez que este será “sempre dissidente, transindividual, transcultural”¹⁶. No entanto, o processo de individuação no campo da linguagem, nivelado pelas relações socioeconômicas, na grande maioria das vezes é comprometimento por um sistema de valor que não emana deste decurso.

Os indivíduos, desde os primeiros testes escolares, são minimizados a um mecanismo centralizado no valor das suas ações. Por isso, ao vislumbrar notas escolares positivas e promoções sociais devido a estas, os indivíduos livram-se do seu dialeto tido como errôneo, configurando-se à produção de ordem capitalística. Como alvitra Guattari e Ralnik, é desde a infância, “desde a entrada da criança no mundo das línguas dominantes, como todos os modelos tanto imaginários quanto técnicos nos quais ela deve se inserir”¹⁷ que a máquina do capital a subjetiva. Essa ordem confecciona a relação do ser com o mundo e com si próprio, sendo aceitáveis tais moções por pressupormos uma organização social.

De acordo com Althusser, assegura-se na escola a preponderância das classes minoritárias dominantes, uma vez que, os professores tornam-se agentes da repressão e extorsão; nesta discussão, dos conhecimentos linguísticos primeiros. Em vista disso,

a escola (mas também outras instituições do Estado, como a Igreja e outros aparelhos como o Exército) ensina o “know-how” mas sob a forma de assegurar a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua “prática”. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, sem falar dos “profissionais da ideologia” (Marx) devem de uma forma ou de outra estar “imbuídos” desta ideologia para desempenhar “consenciosamente” suas tarefas, seja a de explorados (os operários), seja de exploradores (capitalistas), seja de auxiliares na exploração (os quadros), seja de grandes sacerdotes da ideologia dominante (seus “funcionários”) etc.¹⁸.

Estas ideologias ascendentes, quando mascaradas, “violentam” sujeitos devido não ser possível instituir discursos contra-hegemônicos. Dessa forma, tem-se a perpetuação da fabricação de uma subjetividade capitalística que gera tanto opressores, quanto oprimidos.

¹⁵ ANTUNES, Irandé Costa (2002, p. 134).

¹⁶ GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely (1986, p. 36).

¹⁷ Apud (1986, p. 40).

¹⁸ ALTHUSER, Louis (1985, p. 62-63).

Ao ser trabalhado nas aulas de Língua portuguesa uma codificação abstrata da língua como referência para usos, sem amostra do por que da uniformização linguística em uma sociedade marcada por diferenças dialetais, é muito comum ouvir a expressão: Não gosto de português!

Esse discurso é proveniente das marcas de subjetivação por uma língua única, uma vez que os indivíduos passam a considerar a língua materna apenas como praxe dos letrados, cuja representação linguística sustenta-se em uma padronização. Apesar de muitos já chegarem ao espaço escolar falantes do português, consideram que não sabem operar a sua primeira língua adquirida: negando-a.

As afirmações dos falantes sobre a utilização da língua portuguesa colidem com as proposições de Milroy¹⁹, que ao abordar a padronização linguística, explicitando que ela não tem um caráter universal, evidencia que o pensamento linguístico esteve e está eivada a ideologia de uma língua padrão, além de contribuir para a disseminação desta. Logo, tal ideologia consubstancia uma língua a um arquétipo, o que interfere diretamente na análise e consideração das suas variações.

A subjetivação para atentar-se unicamente a norma padrão está tão enraizada socialmente que, de acordo com Faraco, tem-se uma visão reducionista do problema, onde o normativismo é apenas uma versão das formas tidas como “corretas”, e não um instrumento de coerção e estratificação de classes.

Além disso, as discussões propostas para análise da temática no Brasil iniciam-se recriminando “os brasileiros por não cuidarem de sua língua e por supostamente não saberem falar e escrever ‘corretamente’”²⁰, contudo, nem mesmo os eruditos, cultos, letrados, utilizam impreterivelmente as formas endeusadas da velha norma-padrão.

Deve-se lembrar, que o conservadorismo da elite letrada e a manutenção da herança normativa das línguas dos países latinos, evidenciam o combate aos dialetos “abrasileirados”, originários das relações estabelecidas entre múltiplas povos e culturas. Combatiam-se e ainda combatem-se os fenômenos linguísticos das raças ditas inferiores, como os negros e indígenas, além da compreensão dos falares destes com não integrantes da língua nacional.

O objetivo de instituir a norma padrão no Brasil, e, portanto, a subjetivação desta através da escola, foi o de combater as variáveis do português popular. Ainda de acordo com Faraco, “se no século XVIII, com o *Directorio dos índios*, se buscou implantar uma política que visava calar as línguas indígenas, em especial a chamada língua geral, no século XIX, a intenção era calar as variedades

¹⁹ MILROY, James (2001, apud FARACO, Carlos Alberto, 2008, p. 75).

²⁰ FARACO, Carlos Alberto (2008, p. 77).

rurais e (progressivamente) urbanas”²¹. Ou seja, os pseudopuristas se opõem as regularidades que não se prendem ao normativo, além de desconsiderar a história, e, logo, as contribuições linguístico-culturais dadas pelos diferentes povos que ocuparam o território brasileiro.

A homogeneização da sociedade, da cultura, da língua, nunca será efetiva, pois através da diversidade e demandas da sociedade surgem movimentos/teorias para questionar ideologias dominantes, como por exemplo, as proposições da sociolinguística.

Revisitar as práticas escolares no que diz respeito à língua e suas variedades está em conformidade com o que Teixeira²² expõe sobre a organização dos segmentos sociais para movimentos que preconizam o reconhecimento de sujeitos, constituição e efetivação de direitos aos cidadãos.

Portanto, sendo a língua ferramenta utilizada para propor mudanças e melhorias ao sistema, busca-se uma política linguística que respeite a diversidade e liberdade sociocultural, além de considerar a participação política dos indivíduos, independente de qual dialeto esteja sendo utilizado.

3 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO PRISMA DE UMA LÍNGUA “MENOR”

A multiplicidade linguística presente no meio social permite a diagnose de aspectos culturais, sociais, geográficos, etc. Assim, levando em consideração o ambiente escolar, tem-se um contraste, no processo de aprendizagem, entre a língua adquirida nas primeiras comunidades de fala pelos indivíduos e a língua “alvo”, ou melhor, a norma padrão.

Em vista disso, retomando a noção de pluralidade dos sujeitos, faz-se necessário considerar, de acordo com Bortoni-Ricardo²³, que grande parte da população não tem acesso a uma norma de prestígio, sendo assim, falantes das variedades ditas “inferiores”. Por isso, empregar o conceito de menor à língua é atentar-se aos processos de exclusão das multiplicidades dos “acervos” linguísticos nacionais, devido camadas sociais economicamente desfavorecidas utilizarem as variedades populares.

Ao lidar, portanto, como sujeitos que têm acesso reduzido à norma *standard* em seu ambiente social, o professor deveria levar em consideração “a interferência das regras fonológicas e morfossintáticas de seu dialeto na aprendizagem do português padrão. Os ‘erros’ que cometem são

²¹ Idem (2008, p. 80).

²² TEIXEIRA, Elenaldo Celso. (1997, p. 80).

²³ BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2005).

sistemáticos e previsíveis quando são conhecidas as características do dialeto em questão”²⁴. Todavia, devido à concepção de desprestígio e consideração de dialetos como menores ainda no processo de formação docente, não se tem um ensino voltado para o reconhecimento, aprendizagem e emprego pedagógico das variantes nas aulas de alfabetização e de língua portuguesa.

Mesmo os falares dos grupos subalternizados, ancorados em variantes linguísticas, serem considerados produções, os sujeitos precisam se desterritorializar devido à marginalização linguística cultural a fim de fazerem parte do constructo de prestígio social. Esse deslocamento das práticas linguísticas aprendidas pelos indivíduos nas comunidades “menores” de fala, proposto pelo Estado através da escola, é consequente de uma não consciência de que a língua pode desviar-se do padrão estatal e categorizar outras formas linguísticas não hegemônicas. Aguçar a consciência de que as variantes fazem parte da cultura e, logo, constituição histórica de um país, é fazer compreender que a política linguística prescrita pode ser descaracterizada como único padrão vernáculo, sendo evidenciado, desse modo, o rendimento comunicativo variacionista.

Alternando-se devido a não linearidade dos seus usos, a língua, apesar de ser concebida pela gramática normativa como uma forma linguística homogênea, ramifica-se do individual ao político, conflitando uma oposição de valor entre variação e a norma padrão. Desse modo, os parâmetros de seleção/exclusão, legitimados por instâncias políticas, formulam um “catálogo” linguístico cultural, onde, a predominância de formas tidas enquanto adequadas, sucumbem discursos, novos olhares e diálogos com os recortes não estimados.

Segundo Calvet,

as circunstâncias da aquisição dessa ou daquela forma linguística, do controle dessa ou daquela pronúncia só aparentemente são linguísticas. A competência que se encontra por trás desse domínio linguístico é uma competência social, assim como são sociais os benefícios que se pode extrair dela.²⁵

Em vista disso, considerar as formas linguísticas “menores”, depreciadas pelos discursos oficiais do Estado, é transgredir as normas tradicionalmente referendadas, apresentando com erro não os usos atrelados ao popular, mas a não crítica dos pressupostos políticos que desqualificam os usos minorizados de uma maioria. Consciente ou não, a escola utilizando-se de contenções linguísticas através de práticas pedagógicas para sucumbir à língua “menor”, determina um lugar social inferiorizado àqueles que não dominam a normatividade social preponderante. Conquanto, não se afeta apenas um sujeito diante das formas adotadas, mas toda uma comunidade, pois, ainda

²⁴ Idem (2005, p. 53).

²⁵ CALVET, Loius-Jean (2002, p. 71).

que um único falante em um ambiente linguístico de usos diferenciados, o sujeito constitui, nos termos de Deleuze e Guattari²⁶, uma “ação comum” a qual é essencialmente política.

A definição de “menor” e consequente noção de “erro” pressupõe uma língua majoritária, um estatuto normativo que define o modo de falar. Porém, deve-se desconsiderar que a língua é “apenas um comportamento social, como tal, submetido às ideologias e as punições para os casos de desvios”²⁷. A minoridade da língua deve ser o deslocamento de um padrão governamental, desconsiderando as adoções inconscientes de usos ditos naturais.

Dessa forma, o falante que se desterritorializa da primeira língua adquirida em sua comunidade, tem como determinante na produtividade social e política a segregação dos dialetos menores, onde, a partir de uma consciência coletiva pode-se irromper linhas de segmentação a fim de eliminar o viés descritivo gramatical.

Assim como o emprego de “menor” à literatura enquanto “condições revolucionárias [...] no seio daquela que chamamos de grande”²⁸, o estudo e consideração das variações linguísticas devem ser atrelados ao combate do não apagamento de uma cultura e de um dialeto proposto por um projeto nacionalista. Logo, ressignificar o ensino/aprendizagem de uma gramática não é infringir normas de concordância, ortografia e acentuação gráfica, mas dessacralizar as concepções do dominador, questionando uma gramática pronta na qual não se podem identificar as omissões e os problemas da gramática tradicional.

Subverter uma imagem de língua que se está no senso comum é também desmistificar o ensino do português, pois, como aborda Scherre, “o que tem que ficar bem claro é que, quando o professor de português está ensinando gramática normativa, ele NÃO está ensinando língua materna, ele NÃO está ensinando língua portuguesa. Língua materna se adquire; não se aprende e nem se ensina”²⁹. À vista disso, pode-se inferir que o que se ensina é uma adequação aos produtos dos grupos sociais de prestígio, a uma hierarquia, eliminando do campo de estudo as variações. Conquanto, estas, quando adequadamente abordadas, podem transformar-se em armas de luta política social.

Portanto, associar a variação linguística à concepção de “menor” é ir de encontro à (re) produções linguísticas que se sustentam em pareceres homogêneos, hierárquicos e dominantes, rompendo, assim, com valores políticos e econômicos dos usos, comunidades e seus falantes.

²⁶ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix (1977, p. 26).

²⁷ BASSO, Renato Miguel; OLIVEIRA, Roberta Pires de (2015, p. 222).

²⁸ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix (1977, p. 28).

²⁹ SCHERRE, Maria Marta Pereira (2005, p. 93).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imposição de uma doutrina prescritiva da língua implica em uma seleção de usos inscritos nos acervos linguísticos dialetológicos, corroborando com uma visão tradicional do correto/incorreto.

Tendo isso enquanto implicação social, pensa-se que as políticas de regulamentação, apesar de se inscreverem enquanto planos linguísticos, para o estabelecimento de uma boa comunicação verbal, funcionam enquanto instrumentos de produção de uma subjetividade dominante. Sendo, então, a escola canal, ou melhor, aparelho do Estado para divulgar ideologias de cunho econômico e político que afetarão diretamente o desempenho dos patuás em alternados ambientes linguísticos.

Assim, os maiores desafios no tratamento das variações linguísticas e sua conseqüente inserção na prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa é a desmarginalização da língua utilizada pelo popular, além das relações de poder que perpassarão toda essa reconfiguração da produção linguística no espaço escolar e, em seguida, no social.

Desse modo, propor a alteração semântica do vocábulo “menor” para princípios de resistência é descaracterizar os falares enquanto inferiores quando não se configuram dentro do sistema linguístico oficial hegemônico. Com isso, podem-se examinar particularidades dos usos da variação e constituir advertências políticas que desarmem as armadilhas governamentais nos jogos da linguagem.

Como expõe Britto, “o poder coercitivo da ideologia tende a enfraquecer-se na medida em que é ela desmascarada, na medida mesmo em que é percebida, em que é visível”³⁰. Em conseqüência, provocar discussões nos âmbitos culturais ideológicos, é provocar a emersão de consciência política dos sujeitos a fim de questionar determinadas hierarquias, e, ainda, reconfigurar o acervo linguístico nacional não por um caráter histórico dominante, mas sob a ótica dos falantes designados “menores”, mesmo sendo maioria.

REFERÊNCIAS:

AGAMBEM, Giorgio. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANTUNES, Irandé Costa. No meio do caminho tinha um equívoco: Gramática, tudo ou nada. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

³⁰ BRITTO, Luiz Percival Leme (2002, p. 136).

- BASSO, Renato Miguel; OLIVEIRA, Roberta Pires de. Descrição gramatical e “margens” da língua: convite à pesquisa e ao ensino. In: VALENTE, André C. *Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemo na escola, e agora? Sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. Língua e ideologia: a reprodução do preconceito. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. O que é uma literatura menor? In: *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola. 1996.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle. Variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. In: *Caderno CRH*, n. 26/27. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, 1997. p.180-209.

